

O *Correio da Manhã* no golpe de 1964: impasses e dilemas na relação com os militares

EDUARDO ZAYAT CHAMMAS*

1. Introdução

Neste trabalho, apresentamos os resultados parciais da pesquisa de mestrado *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1969*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Como é possível notar pelo título da pesquisa, no mestrado analisamos dois jornais da grande imprensa no início da ditadura militar, em meados dos anos 1960: o *Jornal do Brasil* e o *Correio da Manhã*. Para este simpósio, no entanto, optamos por trabalhar apenas com o *Correio da Manhã* entre os meses de março e abril de 1964. Tal recorte justifica-se pela trajetória do *Correio da Manhã*: o jornal estava entre os mais importantes impressos do Rio no período – era o matutino de maior circulação até o final dos anos 1950, quando foi ultrapassado pelo *Jornal do Brasil* – e fez radical oposição a Jango, nítida nos editoriais que discutiam a crise política do final de março de 1964 (notadamente os célebres “Basta!” e “Fora!” de 31 de março e 1º de abril de 1964, defendendo a deposição imediata do presidente). Saudou em seguida a vitória dos militares, mas se tornou um dos grandes baluartes da oposição e da crítica aos militares.

Reside aí a singularidade de sua trajetória: um dos jornais mais identificados com a oposição a Jango no pré-golpe tornou-se, na ditadura, a referência na grande imprensa para setores da esquerda e para parte daqueles que lutavam contra o regime. E a discussão que nos propomos a fazer neste texto é de que alguns elementos desse deslocamento do lugar político do *Correio da Manhã* aparecem já em abril de 1964, com a posição editorial do jornal acerca do Ato Institucional (depois AI-1) e da eleição de Castelo Branco. Tentamos esboçar, assim, uma interpretação do deslocamento da opinião do jornal – da oposição radical a Jango à crítica aos militares – tendo em vista a

* Mestrando em História Social no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

sua proximidade com certa tradição liberal-conservadora, que participou ativamente do golpe, mas passou a tecer críticas ao regime em seguida.

2. A imprensa como fonte¹

As empresas privadas de comunicação (ou os meios de comunicação de massa) pretendem ocupar o lugar das praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo. Essa característica é ainda mais marcante nos países da América Latina, por se tratarem de sociedades tradicionalmente elitistas e conservadoras em que o espaço público sempre foi restrito e limitado. No Brasil, não por acaso, o momento histórico em que havia efetivamente a possibilidade de alargamento da esfera pública – que pode ser observada por meio da tentativa de inserção das classes populares na vida política nacional, vide direito de voto aos analfabetos e militares de baixa patente – foi duramente atingido pelo golpe de 1964.

A escolha da imprensa escrita como fonte está relacionada ao fato de que no século XX os órgãos de comunicação tornaram-se também órgãos de poder. Para além de serem empresas privadas, os interesses desses órgãos não são estritamente financeiros: procuram representar valores ou interesses de setores da sociedade. Ao recriarem a realidade à sua maneira – como produto de uma articulação entre sua ideologia, suas representações simbólicas, seus interesses político-econômicos imediatos e sua constante tentativa de formulação e delimitação da agenda de debates públicos –, os órgãos de comunicação tentam exercer o seu poder de influência sobre os leitores. Não se pode esquecer também que há no Brasil, historicamente, uma grande concentração dos meios de comunicação nas mãos de uma pequena elite – algumas poucas famílias tradicionais. Por mais que existam diferenças entre os projetos editoriais ou pontos de tensão e de distanciamento entre os jornais, o lugar social a partir do qual se expressam é semelhante.

¹ Para as reflexões teóricas sobre a imprensa, as principais referências são: Francisco Fonseca. *O Consenso Forjado*. Maria Helena Rolim Capelato. *“Os intérpretes das luzes” – liberalismo e imprensa escrita paulista: 1920 – 1945*. Maria Helena Rolim Capelato e Maria Lígia Coelho Prado. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. Bernardo Kucinski. *A síndrome da antena parabólica*. Walter Benjamin. “O Narrador”. Sheila Vieira de Camargo Grillo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. Perseu Abramo. *Padrões de manipulação na grande imprensa*.

Os jornais desempenham um papel informativo e ao mesmo tempo ideológico, pois têm como princípios a objetividade e a ideia de representação do real, mas se utilizam desses mecanismos que lhe garantem confiabilidade e legitimidade para representar o real à luz dos seus interesses, fazendo com que se tornem “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980: 19).

Por todos os motivos expostos acima, consideramos que os principais órgãos de comunicação da imprensa escrita da época são fonte privilegiada para a investigação, pois podem explicitar o papel da imprensa na construção de representações de si e da ditadura militar, além de contribuir para a compreensão dos interesses e conflitos que estavam em questão entre as várias perspectivas das elites liberais em torno do regime.

Na medida em que setores das elites liberais se aproximam ou se afastam dos militares, essa relação e esse conflito de interesses aparecem na grande imprensa. Nesse sentido, a morte lenta do *Correio da Manhã* a partir de 1968 é um evento significativo, pois dá mostras das opções feitas pela ditadura acerca dos órgãos da imprensa escrita que poderiam continuar a circular, além de revelar parte das tensões existentes entre os militares, a imprensa e os liberais.

Algumas pesquisas e obras historiográficas já realizaram estudos sobre a ditadura a partir da imprensa ou sobre a imprensa na época da ditadura. Entre elas, podemos mencionar: *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*, de Maria Aparecida de Aquino, *Cães de Guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, de Beatriz Kushnir e *Jornalistas e Revolucionários*, de Bernardo Kucinski. A originalidade deste trabalho reside no fato de que não pretendemos estudar os jornalistas, os órgãos de imprensa e sua relação mais direta com o poder militar (como é o caso da obra de Beatriz Kushnir), os jornalistas e sua luta política na imprensa de resistência (como é o caso do estudo de Bernardo Kucinski) ou alguns jornais e a censura da qual foram vítimas, como é o caso da pesquisa de Maria Aparecida de Aquino.

Nosso objetivo não é fazer *apenas* uma história da imprensa, mas mais do que isso: pretendemos buscar elementos na imprensa escrita para mapear as tensões internas do campo liberal, bem como os seus consensos mínimos acerca da ditadura, além de

buscar compreender os dilemas, impasses e interesses de dois importantes jornais da grande imprensa no início da ditadura militar.

Sobre a escolha dos editoriais como objeto de análise², percebemos que eles costumam condensar os múltiplos interesses dos jornais, em geral espalhados na escolha da capa, das manchetes, das imagens e das afirmações destacadas, nas entrevistas, na hierarquização dos assuntos etc. Assim, analisar os editoriais significa trabalhar com o espaço próprio do jornal em que ele se posiciona explicitamente na cena política e se coloca publicamente defendendo determinadas posições ou pontos de vista, como empresa privada e instituição social simultaneamente. A análise dos editoriais serve, portanto, aos objetivos da pesquisa, pois permite que se perceba com clareza os interesses do jornal e a construção que o jornal faz da realidade a partir das suas próprias notícias e reportagens para fundamentar as suas opiniões.

3. A imprensa nos anos 1960³

Entre os anos 1950 e 1970, a imprensa no Brasil passou por um intenso período de mudanças. Em boa parte dos textos que tratam dessas transformações, as três décadas são consideradas como parte de um importante processo de modernização e profissionalização.

De acordo com Alzira Alves de Abreu, foi a partir dos anos 1950 que os jornais passaram a depender financeiramente da publicidade: “Em pouco tempo, os jornais passaram a obter 80% de sua receita dos anúncios” (ABREU, 2002: 9) . Algumas mudanças ocorreram no próprio mundo da publicidade (profissionalização, desenvolvimento dos conceitos e técnicas de *marketing* etc.), indício de que outras transformações estavam ocorrendo: estimulados pelo crescimento urbano e industrial e o conseqüente alargamento do mercado consumidor no país, os negócios em torno da publicidade aumentaram significativamente.

² A discussão sobre os editoriais se baseia principalmente nas obras de Francisco Fonseca (*op. cit.*), Sheila Vieira de Camargo Grillo (*op. cit.*) e Perseu Abramo (*op. cit.*).

³ Para a compreensão do cenário da imprensa nos anos 1960, as principais referências são: Alzira Alves de Abreu. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Ana Paula Goulart Ribeiro. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Marialva Barbosa. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Pery Cotta. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Jeferson de Andrade. *Um Jornal Assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*” – *Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)*.

As reformas pelas quais passaram alguns dos jornais se tornaram paradigmáticas desse processo de modernização da imprensa, e a mais simbólica de todas – porque uma das primeiras e talvez a mais profunda, ou ao menos a mais eficaz do ponto de vista mercadológico – foi a reforma do *JB*.

Foi também em meio à modernização que ocorreu a concentração dos meios de comunicação. Por se assemelharem cada vez mais às empresas, próximos do discurso da gestão empresarial eficiente e moderna que busca o lucro, muitos dos jornais de menor circulação, dos jornais mais politizados e dos jornais populares acabaram por desaparecer ou mudar de dono, indo parar nas mãos dos grandes conglomerados de mídia que começaram a se formar. Segundo Alzira Alves de Abreu, “em 1950 existiam no Rio de Janeiro 22 jornais diários comerciais, entre matutinos e vespertinos, (...) em 1960 esse número foi reduzido para 16 jornais diários, e no final de 1970, para sete” (ABREU, 2002: 17).

O *Correio da Manhã* estava entre os mais importantes jornais impressos do Rio no período. Era o matutino de maior circulação até o final dos anos 1950, quando foi ultrapassado pelo *JB*. Historicamente identificado com as classes médias conservadoras e com o pensamento liberal, teve uma trajetória singular: “Em 1945 e, novamente, em 1950, o *Correio da Manhã* apoiou a candidatura à presidência de República do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN. O jornal fez forte oposição a Vargas: apoiou o Manifesto dos Coronéis, fez violentas críticas ao aumento de 100% do salário mínimo e apoiou o inquérito policial-militar instaurado pela Aeronáutica para apurar o crime da Rua Toneleros. Após a posse de Café Filho, Paulo Bittencourt [proprietário do jornal] sugeriu o nome de Eugênio Gudin [referência no pensamento liberal brasileiro] para a pasta da Fazenda, sendo prontamente atendido.” (RIBEIRO, 2007: 67)

Em agosto de 1963, morreu Paulo Bittencourt e assumiu o jornal sua segunda mulher, Niomar Moniz Sodré Bittencourt. Mesmo com a mudança na direção do matutino, o *Correio da Manhã* manteve uma linha editorial de enfática oposição a Jango. Publicou os famosos editoriais “Basta!” e “Fora!” em 31 de março e 1º de abril de 1964, defendendo a deposição imediata do presidente, e saudou em seguida a vitória dos militares.

No entanto, depois de apoiar a UDN por duas vezes, fazer oposição radical a Getúlio Vargas e João Goulart e defender a deposição de Jango e a subida dos militares

ao poder, o *Correio da Manhã* acabou por se tornar uma importante referência na oposição aos militares.

Depois de quase cinco anos de crítica à ditadura, no final de 1968 o *Correio da Manhã* começou a ser perseguido pelos militares. O poder público e as empresas privadas suspenderam os seus anúncios, até que em setembro de 1969 o jornal foi arrendado e os seus novos proprietários assumiram uma linha editorial governista, o que não evitou a morte do veículo em 1974.

A escolha do jornal analisado justifica-se, portanto, pelo fato de que o *Correio da Manhã* era o matutino carioca de maior tiragem antes da ascensão do *JB* (com exceção dos jornais populares) e teve uma trajetória bastante relevante para a investigação que nos propomos a fazer.

Escolhemos um jornal do Rio de Janeiro para a análise por considerarmos que o Rio, por ter sido a capital federal até pouco tempo antes do recorte estabelecido para a pesquisa (além de continuar sendo sede de alguns órgãos públicos e ministérios), ainda concentrava os debates políticos de maior influência e repercussão e era o grande centro cultural do país. Os jornais que circulavam por lá tinham um peso político significativo: “o Rio de Janeiro, apesar de não ser mais o centro político, certamente continuou sendo o centro cultural do país, irradiando tendências e repercutindo profundamente todas as mudanças vividas na sociedade brasileira” (ASSIS, 2009: 3). A partir dos anos 1970, há um deslocamento e São Paulo começa a se tornar a caixa de ressonância política do país, em que pese o Rio continuar a ter importância.

4. A crise de março de 1964

Na edição do dia 15 de março de 1964, o jornal *Correio da Manhã* publicou editorial intitulado *Equívocos*, criticando a participação de João Goulart no célebre comício da Central do Brasil de dois dias antes. O que chama a atenção desse editorial é o ensaio de interpretação histórica feito pelo jornal: de acordo com o *Correio da Manhã*, Goulart e Brizola estariam à direita do espectro político nacional por serem herdeiros políticos de Vargas, que apesar de ter subido ao poder por força de uma revolução de cunho liberal (1930), acabou por exercer um “governo discricionário” (1937-1945). O texto compara a postura de Vargas, que fechou o Congresso em 1937 contra “as tradições democráticas da Nação”, e a fala de Brizola, que teria exortado os

presentes a defenderem o fechamento do mesmo Congresso caso as Reformas não fossem aprovadas.

Assim, o editorial busca estabelecer um campo de referências históricas – é preciso lembrar que o Estado Novo tinha acabado há menos de vinte anos, e a ditadura varguista ainda estava muito presente na memória social – na sua tentativa de desmascarar Jango e Brizola e apontar os equívocos de João Goulart.

No mesmo editorial, o *Correio da Manhã* faz uma crítica contundente ao então governador da Guanabara, Carlos Lacerda: o jornal denuncia o fato de que Lacerda tem, entre os seus auxiliares policiais, “os mais radicais servidores policiais do chamado Estado Novo”. Apesar de seu anti-getulismo, diz o jornal, Lacerda pretendia estabelecer uma “ditadura totalitária” nos mesmos moldes da ditadura varguista.

Desde antes do golpe, portanto, notamos no *Correio da Manhã* uma posição bastante crítica tanto ao trabalhismo de João Goulart e Brizola quanto ao governo de Lacerda na Guanabara. Ainda no editorial do *Correio da Manhã* do dia 15 de março, o jornal se declarava favorável às reformas, “uma aspiração de todo o país que sabe o que elas representam para o seu próprio progresso econômico e social”. Nesse caso, a referência às reformas se dá em um sentido modernizante: elas não seriam necessárias para reduzir as desigualdades sociais ou garantir os direitos dos trabalhadores, como poderia afirmar um trabalhista, mas para impulsionar o desenvolvimento do país.

O curioso é que poucos dias depois, já no dia 21 de março, o jornal fala em “reformas necessárias que a Nação exige para sua estabilidade econômica e social”. A substituição do termo “progresso” pelo termo “estabilidade” não nos parece despropositada. Diante das crescentes tensões políticas, o jornal fala cada vez mais em estabilidade, paz e segurança. Para o jornal, o sentido das reformas parece mudar de caráter aos poucos: primeiro, serviriam ao progresso, mas em seguida foram tornando-se necessárias para apaziguar as tensões políticas e sociais e pôr fim aos radicalismos.

No editorial do dia 17 de março, o jornal volta a falar das reformas e sua importância para a modernização do país: a reforma agrária tornou-se uma necessidade porque a abertura das grandes estradas colocou duas realidades muito distintas em contato: a realidade das regiões industrializadas e a realidade do interior, com uma grande diferença de “padrões de vida, de direitos, de salários e condições materiais”.

As reformas têm (ou deveriam ter) um caráter modernizador, como desdobramento do próprio desenvolvimento do país: o país progrediu e abriu novas estradas, e agora essas estradas precisam levar ao interior o padrão de vida das regiões industrializadas. Esse caráter modernizador, no entanto, não se confunde com nenhum tipo de transformação social. Reforça essa impressão o fato de que em algumas passagens o jornal abandona o aspecto “social” das reformas, e elas vão se tornando apenas “econômicas”: “a Nação quer a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica”.

Ao longo dos dias seguintes, o *Correio da Manhã* nota o cenário de acentuada polarização política, mas procura se manter equidistante das forças políticas em ação: o jornal fala em “demagogos da direita” ou “demagogos do gênero Brizola”, “golpistas de direita” ou “golpistas de esquerda”, “golpistas” ou “continuístas”, criticando sempre ambos e afirmando que haverá eleições “em 65, 70 e sempre que a atual Constituição e a lei determinarem”. O jornal torna-se, segundo o seu próprio discurso, o porta-voz dos anseios do povo: tanto o “golpismo” quanto o “continuismo” são fruto da ação política de minorias descoladas da maior parte da população, mas o povo – assim como o jornal – defende a continuidade da vida democrática.

As tensões do *Correio da Manhã* com o governo Goulart, no entanto, se acentuam a partir do dia 20 de março, quando se noticia a possibilidade do monopólio estatal da importação e da distribuição do papel para os jornais. Para o jornal, tal monopólio sufocaria a “crítica livre”. O editorial também nos permite vislumbrar a auto-imagem do jornal, ou as referências que ele próprio faz ao papel da imprensa: “Seria o fim da liberdade da manifestação do pensamento e, fatalmente, o fim de todas as outras liberdades, de todas as instituições livres e da própria democracia. Seria uma forma de sufocar o Congresso e o Poder Judiciário. Seria o fim dos partidos políticos e das garantias constitucionais.”

Para além das questões políticas, há um óbvio interesse comercial: monopólio estatal da importação e da distribuição do papel pode significar alta nos preços e aumento no custo de produção, implicando em redução da margem de lucro. Como já dissemos, os jornais aproximam os seus projetos ideológicos estratégicos dos seus interesses econômicos mais imediatos.

O exagero retórico do jornal (“fim de todas as instituições livres”, “fim da própria democracia”, “fim dos partidos políticos”) serve para pressionar o governo, mas nos remete a outra questão: a pretensão dos jornais de ocuparem o lugar das praças públicas na definição do espaço coletivo da política – só haveria política e democracia na imprensa. O jornal procura manter-se como a consciência crítica das instituições representativas e dos Poderes, inclusive definindo agendas e disseminando valores ideológicos.

Os dias 31 de março e 1º de abril marcam o auge das críticas do *Correio da Manhã* ao governo Goulart. Nos dois editoriais de capa que se tornaram célebres, o *Basta!* e o *Fora!*, o jornal acaba por defender a deposição imediata do presidente. Seus argumentos são fundamentalmente institucionais: o presidente teria desrespeitado o Congresso ao tentar governar por decretos-leis, usurpando as funções do Poder Legislativo; estaria levando adiante uma política continuísta (no que seria uma tentativa de permanecer no poder, sem respeitar a Constituição de 1946 e as eleições de 1965) e teria, por fim, destruído a disciplina nas Forças Armadas.

O jornal coloca-se a falar em nome da opinião pública e em defesa das instituições: “A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal.” O editorial do dia 31 de março terminava com um chamado: “Os Poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime. O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!”

No dia seguinte, na capa, logo acima do editorial *Fora!*, o *Correio da Manhã* publicou o Art. 83 da Constituição de 1946 (que versava sobre o juramento do presidente de defender e cumprir a Constituição), afirmando que João Goulart “jurou e não cumpriu. Não é mais presidente da República”. O editorial dessa data fala bastante em insegurança, intranquilidade, desordem, anarquia, crise política, social, militar e financeira, e usa a seu favor o discurso da legalidade: o *Correio da Manhã* defendeu “intransigentemente” a posse de João Goulart em 1961, assim como defendia a Constituição naquele momento – João Goulart não poderia mais governar o país. O próprio jornal parece tentar se defender de possíveis acusações de anti-trabalhismo, e a sua posição pela deposição de Goulart ganha legitimidade ao estar ancorada na defesa

da Constituição: não se trata de uma opinião ou de uma opção política, mas de uma defesa intransigente da legalidade.

O principal argumento contra Goulart é o de que ele gostaria de permanecer no poder a qualquer preço, instaurando o caos no país para que isso pudesse ocorrer, mas o próprio editorial parece ter dificuldades de apontar o não cumprimento da Constituição, que seria a mais sólida das justificativas para a saída do presidente. A consequência da permanência de Jango na presidência seria o início de uma ditadura, mas há uma passagem reveladora no próprio editorial: o jornal admite ser contra “**a perspectiva de ditadura**” [grifo nosso].

Reaparece também o jornal que fala em nome do povo, porta-voz da opinião pública: “O povo depois de uma larga experiência reage e reagirá com todas as suas Forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas” ou “A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.”

Três questões se destacam ao observarmos a postura do jornal na crise de março de 1964:

a) As reformas modernizantes: como dissemos acima, o jornal deixou clara a sua concepção de reforma, ligada a um projeto de modernização capitalista. Reformar, nesse caso, significa diminuir os entraves para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Na afirmação do *Correio da Manhã*: “Queremos as reformas de base, que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes” (editorial do dia 2 de abril).

b) A ideia de *imparcialidade* do jornal e a voz da opinião pública: o jornal reafirma a todo o momento sua imparcialidade e o fato de ser porta-voz dos interesses do povo (ou de falar em nome da opinião pública). Na lógica do seu discurso, isso lhe confere legitimidade. Não fala por si ou pelos seus interesses específicos, mas pelo conjunto da sociedade, que só pode se expressar através de suas instituições representativas. Por isso a “política das ruas” é rechaçada, e daí a ojeriza que os liberais brasileiros têm à participação política das massas. Trata-se, na verdade, de um mecanismo largamente utilizado na grande imprensa para mascarar os seus interesses privados fazendo-os parecer universais. Da mesma forma, a idéia de imparcialidade (que aparece com destaque na cobertura do *Correio da Manhã* analisada acima)

transmite ao leitor a impressão de que o jornal não está comprometido com nenhum dos lados, e que o seu relato e as suas opiniões são desinteressados.

c) A saída para a *crise*: na segunda quinzena de março, o jornal constrói a imagem de um país em crise. Essa crise se desdobra em várias outras: é uma crise institucional, financeira, econômica, política, social etc. A crise é sempre considerada de responsabilidade do presidente João Goulart, que teria levado o país ao caos e à instabilidade. Assim, o jornal começa a falar em “resistência democrática” ou “defesa do regime”, conclamando diferentes atores – por vezes indeterminados – à ação.

5. As tensões após o golpe

Logo no dia 2 de abril, em editorial de capa intitulado “Vitória”, ao mesmo tempo em que comemora o “afastamento do sr. João Goulart” (“a nação saiu vitoriosa”), o *Correio da Manhã* já se diz pronto para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia e a liberdade: “O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva. Esta vitória não pertence à direita.” Chama a atenção o fato de que o mesmo jornal que apoiou de forma despudorada o golpismo de 31 de março e 1º de abril antevê alguns dos dilemas que virão a seguir. O jornal apostou em uma ação – o golpe em nome da democracia – que continha em si a sua contradição de maneira gritante – a gênese de uma ditadura.

Percebe-se que paira no ar certa intranquilidade quanto aos rumos políticos do país. Logo no dia 3 de abril, o *Correio da Manhã* expressa forte descontentamento com a atuação do governador da Guanabara Carlos Lacerda após o golpe. De acordo com o jornal, o DOPS da Guanabara, sob o comando do governador, havia invadido e empastelado o *Última Hora*, além de outras arbitrariedades e violências cometidas pela Polícia da Guanabara – a “Polícia Política” de Lacerda. Para o *Correio da Manhã*, Lacerda estaria desrespeitando a ordem constituída desde o golpe de 1º de abril visando o “aniquilamento dos adversários” de sua futura candidatura à presidência. Assumindo que o golpe havia restabelecido a democracia, o jornal afirma: “[Lacerda] reage por meio de sua Polícia Política, prendendo e espancando **como se estivéssemos em plena ditadura**. [grifos nossos]”

Ao defender o *Última Hora*, o *Correio da Manhã* posiciona-se em favor da liberdade de imprensa: “Só uma ilegalidade o DOPS não confessa, nem menciona: a invasão e a destruição do vespertino *Última Hora*. Pode-se discordar – como discordamos – da orientação desse jornal. Mas é um jornal. O ataque a esse como a qualquer jornal é crime contra a liberdade de imprensa. Advertimos todos os jornais da Guanabara e do país: se o crime contra aquele vespertino ficar impune, a liberdade de imprensa no Brasil acabou.” O jornal silencia acerca das perseguições políticas – por exemplo, nos sindicatos – e das cassações de mandatos, mas não se furta a criticar os atentados contra a liberdade de imprensa.

O *Correio da Manhã* recorre às Forças Armadas diante dos arbítrios cometidos por Lacerda no governo da Guanabara e Ademar de Barros no governo de São Paulo: “Às Forças Armadas, ainda uma vez, cabe essa tarefa de impedir que o movimento vitorioso descambe para as represálias pessoais ou de grupos. Elas, que deram execução ao movimento, têm agora o dever de preservá-lo contra o processo de degenerescência com que o ameaçam a cupidez política de uns e a vocação ditatorial de outros.”⁴

O jornal reitera sempre o seu compromisso com a democracia e com a legalidade, mas não se furta a exigir a manutenção dos militares no poder para garantir o sucesso da “revolução”. A saída da crise política, instaurada por João Goulart e ainda não resolvida pelo “governo revolucionário”, seria “a formação imediata de um governo federal responsável e com autoridade para governar”, de acordo com o *Correio da Manhã*. Nos primeiros dias de abril, o jornal mantém o seu apoio aos militares e confia nos rumos políticos do “governo revolucionário”. As tensões aparecem apenas em relação às lideranças civis – notadamente Lacerda – que poderiam se aproveitar desse momento de instabilidade para executar os seus projetos pessoais.

No dia 5 de abril, o *Correio da Manhã* publica editorial intitulado *Palavras de um chefe*, em que se utiliza de declarações recentes de Castelo Branco para elogiá-lo. Para o jornal, existem “medidas de segurança, compreensíveis porque indispensáveis à consolidação da vitória”, mas em nome dessas medidas “são perpetradas arbitrariedades, atos de vindita, pessoais e de grupos”. É nesse contexto que as Forças Armadas devem exercer o seu papel: “Invocamos, nessa situação, uma força real, viva e

⁴ Para o debate sobre as Forças Armadas como “poder moderador”, ver *O Palácio e a Caserna* e “Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”, de João Roberto Martins Filho, e *Os militares na política*, de Alfred Stepan.

nobre, não atingida pela radicalização: é o Exército, são chefes militares como o General Humberto de Alencar Castelo Branco”.

Esse elogio de Castelo Branco pelo jornal ocorre no mesmo momento em que é lançada a candidatura do general à presidência. O *Correio da Manhã* admite que sua eleição é inconstitucional, mas isso não se constitui em um problema, o que desmascara o argumento tantas vezes utilizado pelo próprio jornal de que Goulart teria sido derrubado pelo descumprimento da Constituição. Em notícia, publicada no 5 de abril, o jornal afirma: “Apurou a reportagem que o coordenador da candidatura Castelo Branco junto aos parlamentares será o deputado José Maria Alkimim e a eleição do ex-chefe do Estado-Maior [Castelo Branco], **apesar de constitucionalmente inelegível (art. 139, item I, letra C)**, deverá concretizar-se até a próxima quinta-feira” [grifos nossos].

O recurso de pontuar o artigo da Constituição que estaria sendo descumprido já havia sido utilizado pelo jornal com destaque no dia 1º de abril de 1964 para noticiar a queda de João Goulart. Desta vez, no entanto, foi dado muito menos destaque às questões constitucionais. A Constituição é utilizada pelo jornal de acordo com as suas conveniências: Castelo Branco parecia ter o apoio do *Correio da Manhã* para assumir a presidência.

O AI é um ponto de inflexão para o *Correio da Manhã*: “a nação passou a ser tutelada pelos militares”, o que desagradou ao jornal. Outra divergência do *Correio da Manhã* com o AI se refere ao fim das garantias individuais, mas o jornal se mantém firme na defesa da continuidade da “revolução”: “Não somos dos que entendem que o movimento vitorioso deve deter a marcha. O esquema de Poder montado pelo Sr. João Goulart e seus asseclas, comunistas ou não, deve ser destruído. Mas sem a abolição prática das garantias individuais, sem a ab-rogação do direito de defesa.” Assim, mais uma vez, se repete o discurso em defesa das garantias individuais, mas nada se fala das cassações e perseguições políticas, das perseguições aos sindicatos e aos trabalhadores, dos asilados políticos, temas que vinham sendo noticiados sem grande destaque.

As divergências apontam para duas questões centrais: a tutela do corpo político pelos militares e a ameaça às liberdades e garantias individuais. O Congresso, por exemplo, é chamado de “mera assembléia consultiva da Junta Militar”. Chama a atenção o fato de que o próprio jornal, que até a edição do AI vinha se manifestando favorável a “revolução”, tenha mudado o seu ponto de vista tão rapidamente: “Desde o

dia em que ruiu, ao primeiro piparote, o castelo de cartas do Sr. João Goulart e da camarilha de pelegos, comunistas e aproveitadores de todos os matizes que o endeusava, não surgiu uma palavra de orientação, uma frase, um conceito sobre os problemas básicos que amarguram e agoniam o povo deste País. Substitui-as o frenético silvo das sirenas de camionetas policiais.”

Ao mesmo tempo, o jornal afirma depositar as suas esperanças na eleição de Castelo Branco, o mesmo que vinha sendo duramente criticado (junto com os outros militares que compunham a Junta Militar) pela edição do AI. Em primeiro lugar, o *Correio da Manhã* chama Castelo de “presidente eleito”, mesmo que sua eleição tenha ocorrido em um “Congresso mutilado”, “mera assembléia consultiva”, denúncias feitas pelo próprio jornal. Em segundo lugar, Castelo “representa agora a oportunidade e a esperança de que o movimento retifique seu rumo e marche para a conquista dos objetivos que motivaram sua deflagração”. A posição aparentemente ambígua do jornal pode ser explicada pelo seu projeto, ou se quisermos pelas aparentes ambiguidades do projeto liberal.

Dentro da tradição liberal-conservadora, não era possível aceitar a democratização da sociedade brasileira: a ampliação dos direitos políticos e a inserção das camadas populares na cena política nacional provocava ojeriza nos liberais. Desde o final dos anos 1930 e a democracia social de Vargas, o liberalismo oligárquico buscava retomar o poder.

A derrubada de Vargas pelos militares em outubro de 1945 e a convocação de eleições para dois meses depois foi ao encontro dos seus interesses, e a intervenção militar que retirou Vargas do poder e em seguida restabeleceu a democracia se tornou paradigmática, pois tratou-se de uma intervenção militar temporária “saneadora”, ou do recurso ao autoritarismo de crise. Em um momento de crise, os liberais aceitavam de bom grado uma saída autoritária que recolocasse a democracia, garantindo os direitos individuais e a segurança da propriedade sem necessariamente manter os direitos sociais, já que – na lógica liberal – eles limitam a propriedade e os direitos individuais. Foi nessa experiência que muitos liberais se inspiraram quando conspiraram pelo golpe de 1964, acreditando que assim como em 1945, excluído o trabalhismo da cena política em seguida seriam convocadas novas eleições.

Com a candidatura de Eduardo Gomes, seria possível pôr fim aos direitos sociais estabelecidos por Vargas. O candidato da UDN largou como favorito, mas o apoio de Vargas ao seu ex-ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra foi determinante para o resultado das eleições. Assim, frustrou-se a expectativa dos liberais de retornarem ao poder. Mais do que isso: eles se deram conta do impacto da extensão dos direitos políticos e sociais à classe trabalhadora – as eleições de 1945 marcam a construção da política de massas por Vargas. As eleições não funcionavam mais como na República Velha: arranjos políticos oligárquicos não seriam mais capazes de determinar os rumos políticos do país.

Para o regozijo da UDN, no entanto, governo Dutra revelou-se distante de Vargas e do trabalhismo, e acabou marcado por uma postura autoritária, moralmente conservadora e economicamente liberal. Em 1950, Eduardo Gomes recolocou a sua candidatura pela UDN e foi novamente derrotado, desta vez por Getúlio Vargas que voltava à presidência nos braços do povo. Não é por acaso que o *Correio da Manhã* apoiou Eduardo Gomes nas duas eleições e fez oposição ferrenha à Vargas em seu mandato como presidente eleito (1950-1954).

A crise política de 1954/1955 também estava ligada a esse impasse, e a forte reação das camadas populares ao suicídio de Vargas adiou o retorno da tradição liberal-oligárquica ao poder. Além disso, o golpe efetivado pelo general Henrique Lott em novembro de 1955 que precedeu a posse de Juscelino Kubitschek tornou ainda mais forte a crença dos liberais na intervenção saneadora dos militares que em seguida dá lugar ao restabelecimento da democracia, como em 1945. Em 1961, a presidência de Jânio Quadros foi um fracasso para a UDN. O fim precipitado de seu governo fez com que os mesmos dilemas se recolocassem. Como agir diante da ascensão de um presidente nacional-reformista, herdeiro do trabalhismo de Vargas?

O espectro da conspiração golpista continuava rondando o cenário político nacional, assim como em 1954/1955. Mas foi apenas em 1964, diante de uma crescente polarização política, da mobilização dos trabalhadores organizados e das propostas de reforma agrária e ampliação dos direitos políticos para analfabetos e militares de baixa patente que o golpe se efetivou.

Fazendo emergir a sua tradição liberal-conservadora, nos parece coerente que o *Correio da Manhã* tenha feito duras críticas ao governo trabalhista de João Goulart e

tenha exigido intervenções que o derrubassem, assim como tenha questionado o AI. As questões políticas e sociais parecem ser de menor importância. O problema, assim, não era o golpe anti-democrático ou a derrubada de um presidente constitucional. O problema era o arbítrio *excessivo* do Estado.

O problema não era o golpe, mas o regime que se impunha⁵.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ANDRADE, Jeferson de. *Um Jornal Assassinado: a última batalha do Correio da Manhã*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.
- ASSIS, Carolina Silva de. *O Correio da Manhã no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-70*. Trabalho apresentado no XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009. Em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/R14-0470-1.pdf>. Acessado em 08/02/2011.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BENJAMIN, Walter. “O Narrador”. In: *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Os intérpretes das luzes” – *liberalismo e imprensa escrita paulista: 1920 – 1945*. Doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986.
- _____; PRADO, Maria Lígia Coelho. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- CODATO, Adriano. “O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas”. *História Questões e Debates*, Curitiba – PR, v. 40, p. 11-36, 2004.
- COTTA, Pery. *Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*” – *Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (1954-1964)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.
- FONSECA, Francisco. *O Consenso Forjado*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.
- GAZZOTTI, Juliana. “O Jornal da Tarde e o pós-AI-5: o discurso da imprensa desmistificado”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar – novas perspectivas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2006.
- GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

⁵ Diferentemente do que afirma Adriano Codato em seu texto “O golpe de 1964 e o regime de 1968”, consideramos que o *regime militar* se efetiva já em 1964.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio e a caserna*. São Carlos: EDUFSCar, 1995.

_____. “Forças Armadas e Política, 1945-1964: a ante-sala do golpe.” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano v.3 – O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.